

O capitalismo emergente da mata

Produzindo polpa de frutas ou beneficiando castanha, comunidades indígenas vão além do extrativismo e aprendem a ganhar dinheiro

Lisandra Paraguassú
Da equipe do Correio

Depois de 497 anos de colonização, os índios brasileiros preparam sua entrada no aspecto mais *notável* da chamada civilização moderna: o capitalismo. Retirar a sobrevivência da floresta passou a significar mais do que caça, pesca e coleta. Espalhadas pelo interior do Brasil, comunidades indígenas começam a descobrir o valor comercial daquelas plantas que crescem como matos nas suas terras. E o melhor: experimentar o gosto de ganhar dinheiro sem ter que esperar pela mesada do governo.

No início deste ano, 10 projetos de desenvolvimento econômico de tribos indígenas começaram a ser instalados em vários pontos do Brasil. Os resultados ainda estão longe de alcançar o sucesso da extração de mogno dos Paikan — os pioneiros no capitalismo —, mas já trazem alguma esperança de autonomia para as comunidades.

“Os projetos são uma alternativa para que os índios permaneçam na terra”, explica o coordenador de projetos especiais da Fundação Nacional do Índio (Funai), Artur Mendes.

Donos de quase 10% do território nacional, os índios brasileiros têm em suas mãos centenas de diferentes produtos com apelo comercial. Frutas, fibras, madeira, ervas medicinais, a lista é infinita. É dessa variedade que sairão os meios de subsistência para cerca de 26 povos, do Acre ao Paraná.

A polpa de fruta — aquela mesma encontrada nos supermercados para fazer suco — é um dos produtos do novo capitalismo indígena que começa a chegar às cidades. Em uma área de mais de 500 quilômetros quadrados, índios Krahô, Krikati, Gavião, Canela, e de mais três etnias dividem com grupos de agricultores a coleta e beneficiamento de frutas como cajá, caju, açaí e buriti.

A usina onde as frutas são transformadas pertence aos índios, e atende toda a região. “No ano passado nós processamos 40 mil quilos de fruta”, revela Augusto Santiago, do Centro de Trabalho Indigenista — a ONG que coordena o projeto.

Dois pequenas usinas de beneficiamento de castanha-do-pará são o primeiro passo para os índios Xikrin do Cateté, do Pará, saírem da tutela do governo federal. Patrocinadas pelo G7 (grupo dos sete países mais ricos do planeta) por meio de um projeto ecológico, o PP-G7, as usinas permitiram que os índios dessem um ar profissional à coleta quase artesanal da castanha, praticada há alguns anos pela comunidade.

USINA

“O beneficiamento vai permitir que eles consigam um preço maior pelo produto, e que o coloquem em outros mercados, como o sul e o sudeste”, explica Isabele Gianinni, coordenadora do Instituto Sócio-ambiental (ISA), a ONG que idealizou o projeto. De acordo com os cálculos da ISA, os índios podem produzir cerca de 60 toneladas por ano de castanhas. Falta, no entan-

Roberto Castro 23.01.95



Índia Krahô mostra utensílios tradicionais: comunidade agora também se dedica a beneficiar frutas como cajá

to, estrutura para a coleta.

Infra-estrutura tem sido o maior problema para os capitalistas iniciantes. Na Amazônia, os índios Mura produzem cerca de 4 mil quilos de coco de babaçu. A produção poderia ser maior, mas existe apenas uma usina de beneficiamento na região. “Nós temos que ir moendo aos poucos, 400, 500 quilos”, explica um dos coordenadores do Conselho Indígena Mura, Olavo de Oliveira.

Para tirar o coco das aldeias e levá-lo à usina, os indígenas usam canoas. Nesta época, em que os rios estão baixos demais, o único

jeito é colocar a carga nas costas e caminhar até Autazes, onde fica a usina. Levar até Manaus para vender, nem pensar. “Nós vendemos para os atravessadores, a R\$ 1,00 o quilo”, explica Oliveira. “Se fôssemos a Manaus daria uns R\$ 3,00 ou R\$ 4,00”.

O potencial capitalista das comunidades indígenas demorou a ser descoberto pela Funai. Apenas esse ano, com o exemplo dos projetos patrocinados pelo PP-G7 e coordenados pelo Ministério do Meio Ambiente, a Fundação estabeleceu o plano inicial de dar autonomia financeira às reservas. “A primeira etapa era garantir a demarcação das terras, o que está sendo feito”, explica Artur Mendes.

CREMES

Ao contrário dos brasileiros, os estrangeiros já há algum tempo aproveitam o conhecimento indígena. Duas empresas americanas

de cosméticos naturais, Body Shop e Aveda, foram as pioneiras em explorar a vocação empresarial dos indígenas.

No Pará, os caiapós assinaram contratos de fornecimento de óleo de castanha — usado para fazer cremes, xampus e outros produtos — para a Body Shop. E ainda ganharam remuneração extra para posar de garotos-propaganda para os produtos. Os guaranis do Mato Grosso do Sul foram mais longe. Ganharam da Aveda o treinamento e as ferramentas necessárias para produzir e extrair o urucum — planta que produz um pigmento vermelho natural, usado em cosméticos.

Produtos produzidos artesanalmente, sem agrotóxicos, sem agredir a natureza estão na moda no mundo todo. O mercado para os produtos indígenas só tende a crescer, desde que eles estejam estruturados para satisfazer o cliente.